

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Edital 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	ALTEMAR RODRIGUES MARQUES	11/06/2026 18:02 (v 0.25)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25047.000859/2025-70

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026

Processo Administrativo nº 25047.000859/2025-70

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.430.817,62 (três milhões, quatrocentos e trinta mil oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 09:30h (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM PARA OS ITENS 1 E 3

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, por meio do(a) Setor de Serviços de Recursos Logísticos, sediado(a) na Avenida Piracicaba, nº 325, Ilha dos Araújo, Governador Valadares /MG, CEP: 35.020-430 realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos dos tipos PICK-UP, PICK-UP COMPACTA, MINIVAN E PASSEIO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se Aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1 e 3, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. sociedades cooperativas;

3.8.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário anual do item;

6.1.2. marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2% (dois) por cento.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas podendo ser prorrogado, mediante justificativa ou por força maior, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. A assinatura do contrato será feita por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, ao qual o representante legal do adjudicatário deverá realizar prévio cadastro no endereço eletrônico: sei.saude.gov.br/externo para liberação de acesso para assinatura eletrônica.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 **(três)** dias úteis.

10.5. Os prazos dos itens 10.3 e 10.4 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.. Não se Aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se Aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no SEI, por meio de solicitação de link de acesso.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.7.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **licitação.dsei@saude.gov.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras, Sistema Eletrônico de Informação - SEI, por meio de solicitação de link de acesso.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice II - Modelo de Proposta;

16.11.1.3. Apêndice III - Modelo de Planilha de Custos;

16.11.1.4. Apêndice IV - Declaração de Con. das Condições da Lic. e Contratação;

16.11.1.5. Apêndice V - Declaração de Vistoria;

16.11.1.6. Apêndice VI - Layout do Adesivo;

16.11.1.7. Apêndice VII - Instrumento de Medição de Resultado

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III - Minuta do Edital.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 18:02:00.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR257035_000053_2025.pdf (399.8 KB)
- Anexo II - ETP 42-2025.pdf (204.95 KB)
- Anexo III - Apendice_II___Modelo_de_Proposta.pdf (150.75 KB)
- Anexo IV - Apendice_III___Modelo_de_Planilha_de_Custos.pdf (196.11 KB)
- Anexo V - Apendice_IV___D._de_Conhecimento_das_Cond._de_Lic._e_Cont..pdf (104.23 KB)
- Anexo VI - Apendice_V___Declaracao_de_Vistoria.pdf (162.62 KB)
- Anexo VII - Apendice_VI___Layout_Adesivo.pdf (1.06 MB)
- Anexo VIII - Apendice VII - IMR.pdf (45.65 KB)
- Anexo IX - Contrato 17-2026.pdf (144.29 KB)

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Termo de Referência 53/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
53/2025	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	ALTEMAR RODRIGUES MARQUES	28/05/2026 14:58 (v 10.18)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25047.000859/2025-70

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25047.000859/2025-70)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos dos tipos PICK-UP, MINIVAN e PASSEIO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Catserv	Unidade de Medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)
1	<div>- Veículo Novos, TIPO PICK-UP com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total, 4 portas,</div> <div>- Cor: Branca;</div> <div>- Pneu: misto 50% chão e 50% asfalto</div> <div>- Cabine: Dupla</div> <div>- Motor: potência mínima de 106 CV;</div> <div>- Transmissão: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré;</div> <div>- Combustível: Flex;</div> <div>- Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo;</div> <div>- Injeção: Eletrônica;</div> <div>- Direção: Hidráulica ou elétrica;</div>	4014	Unidade	1	R\$ 4.237,3333	R\$ 4.237,33	R\$ 50.848,00

	<ul style="list-style-type: none"> - Vidros: elétricos; - Freios: ABS; - Refrigeração: Ar condicionado; - Cintos de segurança com 3 pontos; Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; - Revestimento de Bancos: Tecido ou couro sintético; - Caçamba: Com tranca e/ou chave; - Equipada com protetor de caçamba devidamente homologada pelo INMETRO; capota devidamente homologada pelo INMETRO; e demais equipamentos /acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag. 						
2	<ul style="list-style-type: none"> - Veículo Novos, TIPO PICK-UP com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total, 4 portas, - Cor: Branca; - Tipo de Tração: Traseira 4x2 e acionamento 4x4 na Dianteira ; - Pneu: misto 50% chão e 50% asfalto - Cabine: Dupla - Motor: potência mínima de 120 CV; - Transmissão: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; - Combustível: Diesel; - Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; - Injeção: Eletrônica; - Direção: Hidráulica ou elétrica; - Vidros: elétricos; - Freios: ABS; - Refrigeração: Ar condicionado; - Cintos de segurança com 3 pontos; Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; - Revestimento de Bancos: Tecido ou couro sintético; - Caçamba: Com tranca e/ou chave; - Equipada com protetor de caçamba devidamente homologada pelo INMETRO; capota devidamente homologada pelo INMETRO; e demais equipamentos /acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag. 	4014	Unidade	27	R\$ 10.053,7500	R\$ 271.451,2500	R\$ 3.257.415,00
	<p>Veículo Novos, TIPO PASSEIO, pequeno porte, com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total;</p>						

3	<ul style="list-style-type: none"> - Refrigeração: Ar condicionado; - Cintos de segurança com 3 pontos; - Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; - Motor: potência mínima de 70 CV; - Combustível: flex (álcool/gasolina); - Cor: Branca; - Portas: 4 portas; - Câmbio: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; - Direção: Hidráulica ou elétrica; - Vidros: elétricos; - Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; - Capacidade do porta malas mínima de 285L; - Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigidos por lei; - Protetor de cárter; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag. 	4014	Unidade	1	R\$ 3.499,0000	R\$ 3.499,00	R\$ 41.988,00
	Veículo Novos, TIPO MINIVAN com capacidade mínima de 7 lugares (6+1), seguro total, <ul style="list-style-type: none"> - Refrigeração: Ar condicionado; - Cinto de segurança com 3 pontos; - Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; - Motor: Potência mínima de 100 CV; - Combustível: Total Flex (álcool/gasolina) ou diesel; - Cor: branca; - Portas: 4 portas; - Cambio: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; - Direção: hidráulica ou elétrica; - Vidros: elétricos; - Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; - Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigido por Lei; - Protetor de cárter; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag. 	4014	Unidade	1	R\$ 6.713,8850	R\$ 6.713,89	R\$ 80.566,62

Valor Total Estimado (VTE)	R\$ 285.901,47	R\$ 3.430.817,62
----------------------------	-------------------	---------------------

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem especificações e padrões de qualidade e desempenho usuais no mercado, de fácil definição no edital e sem necessidade de soluções personalizadas ou de complexidade técnica elevada. Dessa forma, a Administração pode descrever de maneira objetiva os requisitos necessários, garantindo a ampla competitividade entre fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista da necessidade da contratação de empresa para o serviço de locação de veículos sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000006/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 1278/1279/1281;
- IV) Classe/Grupo: 721;
- V) Identificador da Futura Contratação: 257035-51/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

4.1.1. Os veículos locados deverão atender, preferencialmente, aos critérios de eficiência energética, priorizando modelos que possuam selos mais vantajosos de eficiência energética no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), do INMETRO;

4.1.2. Deverá ser dada preferência à contratação de empresas que possuam políticas ambientais formais, especialmente relacionadas ao gerenciamento de frota com foco na redução de emissões de gases de efeito estufa.

Atestado de Capacidade Técnica

4.2. Para fins de qualificação técnica, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a aptidão da licitante para a prestação dos serviços objeto da contratação, incluindo especificamente a locação/venda de veículos tipo pick-up,.

4.2.1. A exigência tem por objetivo assegurar que a licitante possua experiência comprovada com o fornecimento do tipo de veículo demandado, garantindo a compatibilidade do bem com as necessidades operacionais da Administração.

Subcontratação

4.3. É permitida a sublocação parcial do objeto, observados os limites e condições abaixo estabelecidos, como medida excepcional destinada a assegurar a continuidade dos serviços de locação de veículos, especialmente em situações supervenientes que possam comprometer a disponibilidade imediata da frota:

4.3.1. Será admitida, em caráter excepcional e com prazo determinado, a subcontratação integral dos veículos, quando comprovada a impossibilidade temporária de disponibilização integral da frota por parte da Contratada;

4.3.1.1. A sublocação integral prevista no item anterior deverá possuir prazo certo e previamente definido, sendo admitida apenas pelo período estritamente necessário à regularização da disponibilidade da frota pela Contratada, vedada sua utilização de forma contínua ou como modelo permanente de execução do objeto;

4.3.1.2. A autorização da subcontratação integral prevista nos itens anteriores ficará condicionada à apresentação, pela Contratada, de documentação comprobatória da indisponibilidade temporária da frota, incluindo, quando aplicável, contratos de aquisição, notas fiscais, pedidos formalizados junto a fornecedores, comprovantes de fabricação ou entrega dos veículos, bem como justificativa detalhada acerca dos motivos que ensejaram o atraso ou impossibilidade temporária de disponibilização dos veículos originalmente previstos, devendo ainda ser informado o prazo estimado para regularização da frota própria, sujeitando-se toda a documentação à análise e aprovação da Administração.

4.3.1.3. Nas hipóteses previstas nos itens 4.3.1. a 4.3.1.2., será admitida, em caráter temporário, a disponibilização de veículos seminovos em substituição provisória aos veículos originalmente previstos, desde que se encontrem em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, devidamente regularizados perante os órgãos competentes, aptos à plena execução dos serviços contratados e em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação de trânsito vigente, cabendo à Administração avaliar e aprovar previamente as condições dos veículos apresentados.

4.3.2. Será admitida, ainda, a sublocação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sem prazo previamente fixado, para atendimento de situações pontuais e imprevisíveis ao longo da execução contratual, tais como indisponibilidade temporária de veículos por motivo de falha mecânica, manutenção corretiva ou sinistros, desde que caracterizada a necessidade de substituição imediata para não comprometer a continuidade do serviço;

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação fora das hipóteses expressamente previstas neste instrumento, especialmente quando:

4.4.1. caracterizar a transferência integral e permanente da execução do objeto a terceiros;

4.4.2. evidenciar intermediação indevida, sem participação efetiva da Contratada na execução contratual; e

4.4.3. comprometer a qualidade, padronização ou o controle da prestação dos serviços.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1. disponibilização temporária de veículos equivalentes ou superiores, destinados à substituição de unidades indisponíveis;

4.5.2. fornecimento complementar de frota, quando necessário ao atendimento da demanda contratual; e

4.5.3. serviços acessórios vinculados à operação da frota, desde que não constituam a atividade principal do contrato.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão, coordenação e gestão das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.7. Toda e qualquer subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa do Contratante, a quem caberá avaliar a pertinência da medida, bem como verificar o atendimento, pelo subcontratado, dos requisitos de qualificação técnica e regularidade necessários à execução do objeto.

4.8. Para fins de análise e aprovação, a Contratada deverá apresentar documentação comprobatória da capacidade técnica, regularidade fiscal e demais condições exigidas do subcontratado, a qual será avaliada pela Administração e devidamente juntada aos autos do processo.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como de seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.11.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.11.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.10.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.12. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.14. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.16. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.17.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.17.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.18. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.19. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.22 b. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A execução dos serviços será iniciada logo após a entrega de todos os veículos solicitados, em um prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da sua assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. A estrutura administrativa contará com, no mínimo, um funcionário, que ficará responsável por atender todas as unidades de abrangência do Distrito, solucionando todo e qualquer problema envolvendo a frota disponibilizada, em especial a manutenção.

5.1.4. Disponibilizar os veículos no Regime de Franquia Livre

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os percursos dos veículos serão realizados entre as unidades de abrangência do órgão que atualmente são nos municípios: Governador Valadares/MG, Machacalis/MG, Ladainha/MG, Teófilo Otoni/MG, Araçuaí/MG, Teófilo Otoni /MG - Topázio, Teófilo Otoni/MG - Aldeia Escola Floresta, São João das Missões/MG, Montes Claros/MG, Belo Horizonte/MG, Martinho Campos/MG, Caldas/MG, Presidente Olegário/MG, Itapecerica/MG e Carmésia/MG, estes estão cadastrados no Sistema de Informação à Saúde Indígena - SIASI, mas também os municípios que atendemos pelo Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, e que não estão cadastrados no SIASI são eles: Brumadinho/MG, Buritizeiro/MG e Esmeraldas/MG

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. Os veículos poderão, conforme necessidade, transitar em localidades distintas das inicialmente citadas. As cidades indicadas no termo de referência são apenas referência para conhecimento da área de abrangência do DSEI /MGES, podendo haver atendimento em outros municípios que venham a ser incorporados.

5.3.2. Os veículos serão contratados em caráter permanente durante a vigência do contrato, destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades do DSEI/MGES.

5.3.3. Excepcionalmente, a contratada poderá entregar veículos seminovos provisórios, caso comprove documentalmente a indisponibilidade temporária dos modelos especificados. Essa entrega provisória estará sujeita à aprovação do gestor e do fiscal do contrato, com prazo máximo para regularização previamente acordado.

5.3.3.1. Todas as regras e especificações tocante ao item 5.3.3. está descrita no tópico 4 deste Termo de Referência.

5.3.4. A contratada deverá apresentar, no momento da entrega definitiva dos veículos (em até 90 dias da assinatura do contrato), cópia autenticada da documentação dos veículos ao fiscal designado.

5.3.5. Os veículos permanecerão estacionados, durante a execução do contrato, nas garagens da sede do DSEI ou de suas unidades, sob controle de pessoal designado.

5.3.6. Caberá à contratada manter os itens de segurança e acessórios dos veículos em perfeitas condições de uso, especialmente pneus e estepes, devendo providenciar a substituição sempre que necessário.

5.3.7. A contratada deverá declarar, em sua proposta, que permitirá a instalação de dispositivos de rastreamento nos veículos, conforme disposto em item específico deste Estudo.

5.3.8. Os dispositivos de rastreamento a serem instalados deverão estar em conformidade com a legislação vigente e não poderão alterar as características dos veículos nem comprometer a garantia de fábrica.

5.3.9. A contratante pagará exclusivamente pela locação mensal dos veículos. Todas as infrações de trânsito ocorridas durante a execução do contrato serão de responsabilidade da contratada, com previsão de reembolso nos casos aplicáveis.

5.3.10. Os serviços deverão ser executados com veículos novos, conforme os modelos e especificações deste instrumento.

5.4. Os veículos utilizados não poderão ultrapassar o limite de 2 anos de uso ou 120.000 km rodados durante a execução do contrato, considerando as exigências de manutenção e visando maior eficiência operacional.

5.5. O combustível será fornecido pelo DSEI/MGES às unidades atendidas, conforme demanda dos serviços prestados.

5.6. O Setor de Transporte será responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados e pela gestão do contrato, por meio dos fiscais designados nas respectivas unidades.

5.7. Os serviços serão executados nas áreas de abrangência do DSEI/MGES, compreendendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme tabela a seguir:

Planilha atual de veículos - Carro de passeio - Minivan - Pick-Up			
Nº	Veículo	Destino / Região	Cidade de lotação
1	PICK-UP	VALE DO MUCURI, VALE DO JEQUITINHONHA e VALE DO RIO DOCE	MACHACALIS/MG LADAINHA/MG, TEÓFILO OTONI/MG, ARAÇUAÍ/MG, TEÓFILO OTONI/MG - TOPÁZIO, TEÓFILO OTONI/MG - ALDEIA ESCOLA FLORESTA
2	PICK-UP COMPACTA	VALE DO MUCURI, VALE DO JEQUITINHONHA e VALE DO RIO DOCE	GOVERNADOR VALADARES/MG
3	PICK-UP	NORTE DE MINAS GERAIS	SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG

4	CARRO DE PASSEIO	NORTE DE MINAS GERAIS	MONTES CLAROS/MG
5	MINIVAN	REGIÕES PRÓXIMAS A BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE/MG
6	PICK-UP	REGIÕES PRÓXIMAS A BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE /MG, MARTINHO CAMPOS/MG, CALDAS/MG, PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, ITAPECERICA/MG, CARMÉSIA/MG

LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS	PLANILHA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS					
	TIPO DE VEÍCULO	QTDE	SETOR DE LOTAÇÃO (SESANI,DIASI, SELOG)	LOCAL/Unidade atendida (POLO BASE/CASAI /SEDE)	MUNICÍPIO	FINALIDADE (EMSI, AGENDAMENTO, EMERGÊNCIA)
		11	DIASI	Polo Base de São João das Missões	São João das Missões - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
		5	DIASI	Polo Base Tipo II de Machacalis	Machacalis - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
		1	DIASI	Polo Base de Araçuaí	Araçuaí - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
		1	DIASI	Polo de Base de Ladainha	Ladainha - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
		1	DIASI	Polo Base Tipo II de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar

Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo

Pick-up 4x4	1	DIASI	Polo Base de Topázio	Teófilo Otoni - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	1	DIASI	Aldeia Escola Floresta	Teófilo Otoni - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	1	DIASI	EAI/Belo Horizonte	Belo Horizonte- MG	Equipe multidisciplinar - EMSI (ADPF)
	1	DIASI	Polo Base de Carmésia	Carmésia - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	1	DIASI	Polo Base de Martinho Campos	Martinho Campos - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	1	DIASI	Polo Base de Itapecerica	Itapecerica - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	1	DIASI	Polo Base de Caldas	Caldas - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	1	DIASI	Polo Base de Presidente Olegário	Presidente Olegário - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
Passeio	1	DIASI	CASAI Montes Claros	Montes Claros- MG	Emergências, Consultas, Exames, Tratamentos e administrativo
Mini Van	1	DIASI	EAI/EMSI/Belo Horizonte	Belo Horizonte- MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar

	Pick-up Compacta	1	DIASI	CASAI /Governador Valadares	Governador Valadares - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	Total:	30				

5.8. A adoção de veículos do tipo passeio visa atender aos deslocamentos de pequeno número de pessoas e em trajetos de curta distância, principalmente para a realização de atividades administrativas, as quais, em sua maioria, ocorrem em área urbana.

5.9. A opção pela utilização de veículos tipo minivan decorre da necessidade de transporte de equipes compostas por até 6 (seis) integrantes, evitando, assim, o deslocamento de dois veículos distintos para o mesmo atendimento em trajetos curtos. Essa escolha também previne a desassistência em situações nas quais apenas um veículo esteja disponível. Embora a substituição por uma van fosse tecnicamente viável, optou-se pela minivan por razões de economicidade, uma vez que este modelo apresenta custo menor e porte mais adequado para deslocamentos urbanos, atendendo com mais eficiência às demandas rotineiras em cidades com boa infraestrutura viária.

5.10. A opção pela locação de veículos tipo pick-up se justifica pela necessidade de deslocamento em regiões com vias não pavimentadas, estradas rurais ou de difícil acesso, frequentemente encontradas na área de atuação do DSEI /MGES, especialmente em localidades indígenas e remotas. Tais veículos possuem robustez, maior capacidade de tração e suspensão elevada, características indispensáveis para garantir a segurança das equipes e a continuidade dos serviços, mesmo em condições adversas. Além disso, a carroceria aberta permite o transporte de pequenas cargas, materiais e insumos, o que amplia a utilidade operacional do veículo e contribui para a eficiência logística, sem a necessidade de locar veículos de carga em separado.

DA ENTREGA DOS VEÍCULOS

5.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos nos locais e horários definidos pela CONTRATANTE, assegurando que estejam em perfeitas condições de uso, limpeza e conservação.

5.12. A efetiva entrega dos veículos deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato.

5.13. Durante o período de vigência contratual, os veículos deverão permanecer nos locais designados pela CONTRATANTE, sendo permitida sua retirada para manutenções e outras atividades somente mediante prévio agendamento e autorização do fiscal do contrato.

5.14. A CONTRATADA deverá apresentar a relação completa dos veículos disponibilizados, contendo: modelo, ano de fabricação, cor, número das placas e número do RENAVAM. A substituição de qualquer veículo só poderá ser feita com autorização prévia do DSEI, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

5.15. A entrega inicial dos veículos será realizada na sede do DSEI/MGES, conforme tabela abaixo:

Local de entrega dos veículos	Sede do DSEI Minas Gerais e Espírito Santo, Endereço: Avenida Brasil, nº 4550, Santa Terezinha, Governador Valadares - MG. CEP: 35.030-070, telefone: 33 3212-4750, E-mail: dseimg.sesai@saude.gov.br e licitacaodsei@saude.gov.br
-------------------------------	--

5.16. No caso de substituição dos veículos, a CONTRATADA poderá articular, junto ao Setor de Transporte do DSEI, o local mais adequado para a entrega, considerando que os veículos poderão estar lotados em diferentes localidades.

5.17. Os veículos poderão ser adquiridos pela CONTRATADA com recursos próprios ou por meio de financiamento junto a instituições financeiras, independentemente da modalidade de crédito utilizada.

5.18. Os veículos deverão ser entregues com os seguintes itens e condições:

5.18.1. Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado, com todos os tributos e taxas devidamente quitados, possibilitando seu livre trânsito;

5.18.2. Seguro total, cobrindo colisões, incêndio, alagamentos, furtos, roubos e danos a terceiros;

5.18.3. Reservatório de combustível abastecido em sua capacidade total. Esta será a única obrigação de abastecimento por parte da CONTRATADA. Os abastecimentos subsequentes serão de responsabilidade da CONTRATANTE;

5.18.4. Identificação visual de acordo com o Anexo VII – Especificações para Identificação dos Veículos Oficiais, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008, com os seguintes padrões:

5.18.4.1. Sigla do órgão “MS – SESAI”: fonte helvética média, caixa alta, altura de 90 mm, cor preta;

5.18.4.2. Expressões “GOVERNO FEDERAL” e “PODER EXECUTIVO”: fonte helvética normal, caixa alta, altura de 53 mm, cor preta;

5.18.4.3. Expressão “USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO”: fonte helvética normal, caixa alta, cor amarelo ouro ou similar, inscrita em tarja preta com 660 mm de comprimento e 54 mm de largura.

5.18.4.4. As dimensões do retângulo de identificação poderão ser ajustadas, desde que não comprometam a legibilidade e respeitem os padrões estabelecidos nos itens 1, 2.1 e 2.2 do Anexo da IN SLTI/MPOG nº 3/2008.



Fonte: Zurich CN BT Bold na cor preta

Dimensões 690x330mm AxC

5.19. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATANTE, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

5.20. A ficha de vistoria deverá conter no mínimo as seguintes informações:

FICHA DE VISTORIA PARA RECEBIMENTO DE VEÍCULO		
FISCAL DO CONTRATO:	CONTRATO:	DATA:
CONTRATADA:	PREPOSTO:	

MARCA/MODELO		PLACA:		CHASSI:		RENAVAN:	
COMBUSTÍVEL:	NÍVEL:	ANO FAB/MOD:		COR:		ODÔMETRO:	
EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS	SIM	NÃO	N /A	CONDIÇÕES DA LATARIA E PINTURA:	SEM AVARIAS	COM AVARIAS	OBSERVAÇÕES:
CHAVE DE RODAS				CAPÔ			
TRIÂNGULO				PARACHOQUE DIANTEIRO			
MACACO				PARALAMAS DO LADO DIREITO			
ESTEPE				PORTAS DO LADO DIREITO			
ENGATE /REBOQUE				TAMPA TRASEIRA			

CHAVE E CHAVE RESERVA				PARALAMAS DO LADO ESQUERDO			
EXTINTOR (NÃO OBRIGATÓRIO)				PORTAS DO LADO ESQUERDO			
DOCUMENTAÇÃO E OUTROS NECESSÁRIOS							
CERTIFICADO DE REGISTRO DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO:							
CÓPIA DA APÓLICE DO SEGURO TOTAL:							
Local/Data:							
RESPONSÁVEIS PELA VISTORIA	DSEI		Assinatura		Contratada		Assinatura
	Nome:				Nome:		
	SIAPÍ:				RG:		
	Contato:				Contato:		
	Email:				Email:		

--	--	--	--	--

DA SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

- 5.21. Em caso de troca de qualquer veículo, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, informar previamente ao Fiscal do Contrato, que providenciará a atualização dos registros junto ao Serviço de Recursos Logísticos do DSEI.
- 5.22. Havendo necessidade de retirada de veículo de circulação — seja por manutenção, acidente, defeito ou outro motivo que implique paralisação — a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro de características equivalentes, mediante aprovação do DSEI, no prazo máximo de:
- 5.22.1. 24 horas para locais de fácil acesso;
- 5.22.2. 48 horas para locais de difícil acesso; Contadas a partir da comunicação formal da CONTRATADA ao Fiscal do Contrato. A substituição não poderá acarretar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 5.22.3. A CONTRATADA deverá ter pleno conhecimento dos locais de execução dos serviços, especialmente aqueles situados em áreas de difícil acesso, tais como aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas, regiões rurais remotas, áreas de serras ou trechos com estrada de chão batido, não pavimentada ou em más condições de trafegabilidade, inclusive durante o período chuvoso. A aceitação da proposta implicará ciência e concordância com essas condições, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento para justificar falhas na execução, atrasos ou descumprimento contratual.
- 5.23. Todos os custos decorrentes da substituição dos veículos serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 5.24. Em caso de indisponibilidade do veículo locado durante deslocamento, por qualquer motivo (defeito, acidente ou outro), a CONTRATADA deverá providenciar a substituição imediata por outro veículo similar ou superior, sem custo adicional à CONTRATANTE, garantindo a continuidade da agenda do(s) passageiro(s). Toda logística necessária ficará a cargo da CONTRATADA.
- 5.25. O não cumprimento do prazo de substituição autorizada ensejará o direito da CONTRATANTE de utilizar outros meios para a continuidade do serviço. Nesse caso, a locação será considerada não realizada, ensejando a glosa da fatura ou o não faturamento, além da aplicação das penalidades previstas no contrato.
- 5.26. A necessidade de reparos ou manutenções nos veículos não poderá justificar a interrupção dos serviços contratados.
- 5.27. Toda retirada de veículo deverá ocorrer após agendamento e autorização formal do Fiscal do Contrato.
- 5.28. Os veículos deverão ser substituídos ao completarem 2 (dois) anos de uso ou 120.000 km rodados, o que ocorrer primeiro, a fim de garantir maior produtividade e segurança, sem aumento de custos.
- 5.29. Excepcionalmente, caso haja justificativa formal da CONTRATADA, o prazo para substituição de que trata o item anterior poderá ser estendido, mediante aprovação da CONTRATANTE, por até 2 (dois) meses após a solicitação.

DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

- 5.30. As manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos que serão por ela locados à CONTRATANTE, de forma a conservá-lo seguro e eficiente, inclusive com troca de qualquer peça por desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade com o manual do veículo e caberá à CONTRATADA todas as suas expensas.
- 5.30.1 Todas as manutenções preventivas e corretivas, incluindo a substituição de peças por desgaste natural (pneus, filtros, óleo, velas, pastilhas de freio, correias, lâmpadas etc.), deverão ser realizadas pela CONTRATADA, conforme o manual do fabricante, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.31. Esta Administração entende que a lavagem faz parte do rol de serviços de manutenção, ficando à cargo da licitante o lançamento de seus custos na tabela do detalhamento dos custos unitários, conforme disposto no Termo de Referência.

5.32. A frequência mínima de lavagens deverá ser:

5.32.1. 3 (três) lavagem simples por mês;

5.32.2. 1 (uma) lavagem completa por mês.

DEFINIÇÕES:

5.32.3. LAVAGEM SIMPLES: rápida, limpeza da parte externa (lataria, para-lamas, para-choques) e aspiração interna;

5.32.4. LAVAGEM COMPLETA: além dos itens da lavagem simples, inclui o motor e a parte de baixo do carro, pode ser usado produto específico para melhor limpeza interna. O motor será lavado apenas se a contratada entender ser necessário para conservação do veículo.

5.33. A CONTRATADA deverá realizar a retirada e devolução dos veículos nas dependências da CONTRATANTE para manutenção ou revisão obrigatória. Quando necessário, deverá fornecer veículo similar ou superior em substituição temporária.

DAS MULTAS/INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

5.34. As multas decorrentes de infrações cometidas por condutores da CONTRATANTE serão inicialmente pagas pela CONTRATADA, que poderá solicitar reembolso mediante identificação do responsável.

5.35. O pagamento só deverá ocorrer após esgotadas as possibilidades de recurso previstas na legislação.

5.36. A CONTRATADA deverá enviar as notificações e/ou DARE ao Fiscal do Contrato em até 15 (quinze) dias do recebimento, permitindo a interposição de recurso pelo condutor.

5.37. A CONTRATANTE, por meio do Fiscal, devolverá a notificação com assinatura do condutor, cópia da CNH e, se houver, cópia do recurso interposto.

5.38. A CONTRATADA assumirá integralmente as multas, taxas e eventuais despesas (guincho, estadia etc.) se não cumprir o prazo estipulado no item 5.40.

5.39. Após identificação do condutor, a CONTRATADA deverá encaminhar a cobrança à empresa responsável pelo motorista, com cópia ao DSEI/MGES, solicitando o reembolso ou instruindo o recurso, conforme CCT da categoria.

5.39.1. Com o objetivo de permitir o acompanhamento das viagens realizadas, os veículos fornecidos deverão dispor de **sistema de telemetria**, que possibilite à Administração monitorar informações como **velocidade, trajetos percorridos, paradas e horários de uso**. Essa funcionalidade visa dar maior controle às atividades desempenhadas com os veículos locados, permitindo identificar eventuais irregularidades, promover maior segurança nas viagens e, quando necessário, **atribuir responsabilidades por condutas inadequadas ou infrações cometidas** no uso dos veículos.

DO SEGURO TOTAL

5.40. Todos os veículos locados deverão possuir seguro total, com cobertura contra roubo, furto, colisão, avarias, acidente de trânsito, incêndio, danos materiais e pessoais, inclusive a terceiros, durante toda a vigência contratual.

5.41. Cópias das apólices deverão ser anexadas aos contratos derivados da licitação, comprovando as coberturas abaixo:

5.42. Coberturas mínimas exigidas:

5.42.1. Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF): mínimo de R\$ 50.000,00;

5.42.2. Colisão, incêndio, roubo/furto de veículo e acessórios;

5.42.3. Assistência 24h (guincho, chaveiro, pane, troca de pneu, faróis, lanternas, luzes internas/externas, para-choques, capô, porta-malas, portas e maçanetas, retrovisores internos e externos, vidros e travas elétricas ou manuais, sistema de arrefecimento, sistema de freios, sistema de direção, suspensão, transmissão, rodas e pneus, inclusive estepe e macaco, sistema elétrico, sistema de climatização, banco do motorista e dos passageiros, etc)

5.42.4. Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): mínimo de R\$ 5.000,00 por ocupante;

5.42.5. Garantia de condução dos ocupantes ao destino final;

5.42.6. Danos Naturais;

5.42.7. Responsabilidade Civil;

5.42.8. Proteção a Vidros. bem como reparo ou substituição de faróis, lanternas e retrovisores.

5.43. Em caso de sinistro, o condutor deverá providenciar Boletim de Ocorrência, laudo pericial e demais registros para apuração. Caso a culpabilidade for do condutor da CONTRATANTE, a mesma ficará responsável pelo pagamento da FRANQUIA do seguro.

5.44. A CONTRATADA arcará com a franquia quando o condutor da CONTRATANTE não for responsável pelo sinistro.

5.45. Cabe reiterar que o Seguro deverá ser acionado para qualquer tipo de acidente, colisão e avaria, independente da culpabilidade

DAS AVARIAS/COLISÕES

5.46. A CONTRATADA será responsável por qualquer avaria, dano ou defeito verificado nos veículos locados, desde que não decorrente de uso inadequado, negligência, imprudência ou imperícia por parte de servidores da CONTRATANTE. São consideradas de responsabilidade da CONTRATADA as avarias que ocorrerem por desgaste natural, por fatores externos alheios à ação da Administração ou por atos de terceiros, como por exemplo:

5.46.1. Arranhões em pintura ou vidros causados por terceiros;

5.46.2. Amassamentos decorrentes de estacionamento em local público;

5.46.3. Trincas em retrovisores ou vidros causadas por detritos ou impactos fortuitos;

5.46.4. Pequenas quebras ou rachaduras em lanternas, para-choques ou faróis sem nexos com conduta dolosa ou culposa da CONTRATANTE;

5.46.5. Danos decorrentes de falhas mecânicas não imputáveis ao mau uso;

5.46.6. Demais situações caracterizadas como acidentes ou avarias fortuitas.

5.47. A CONTRATANTE, por sua vez, será responsabilizada nos casos em que restar comprovado que o dano foi ocasionado por má utilização, negligência no zelo ou operação inadequada, gerando a culpabilidade.

5.48. Toda e qualquer avaria identificada deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização do contrato, que realizará o devido registro, para fins de definição da responsabilidade e, se for o caso, cobrança ou reembolso.

5.49. Não será exigido ressarcimento da CONTRATANTE nos casos em que a CONTRATADA não comprovar, que a avaria decorreu de culpa explícita da Administração.

5.50. Em caso de avarias, colisões, danos ou quaisquer ocorrências que impliquem necessidade de manutenção corretiva nos veículos locados, será obrigatório o acionamento da cobertura securitária contratada, independentemente da extensão do dano ou da definição prévia de responsabilidade entre as partes.

5.51. A obrigatoriedade de acionamento do seguro tem por finalidade assegurar maior transparência, padronização e segurança nos procedimentos de reparo, evitando a realização de consertos particulares sem critérios uniformes de precificação, os quais podem resultar em custos excessivos ou incompatíveis com os valores praticados pelo mercado.

5.52. Fica vedada a realização de reparos diretamente pela CONTRATADA, sem prévio acionamento da seguradora, com posterior cobrança administrativa à CONTRATANTE ou ao servidor envolvido, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração.

5.53. Nos casos em que houver comprovação de culpa da CONTRATANTE ou de seus condutores, os valores eventualmente passíveis de ressarcimento observarão, obrigatoriamente, os parâmetros, franquias, limites e demais critérios estabelecidos pela apólice de seguro do veículo, vedada a adoção de valores arbitrados unilateralmente pela CONTRATADA ou por oficinas particulares não vinculadas ao procedimento securitário.

5.54. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato toda documentação referente ao sinistro, incluindo boletim de ocorrência, laudo ou relatório da seguradora, orçamento aprovado e demais documentos pertinentes, para fins de acompanhamento, análise da responsabilidade e eventual ressarcimento.

5.55. O descumprimento do procedimento previsto neste item poderá ensejar a não aceitação, pela Administração, de cobranças relativas a reparos realizados sem observância do devido acionamento securitário.

DO SISTEMA DE GESTÃO DE TRANSPORTE TERRESTRE

5.56. Com o objetivo de permitir a coordenação, controle, fiscalização e apoio às atividades de transporte terrestre, a CONTRATADA deverá permitir ao DSEI implantar e disponibilizar para seus colaboradores — inclusive empresas contratadas, naquilo que lhes couber — uma Plataforma Digital (Software) de Gestão de Transportes Terrestres, relacionada à utilização dos veículos empregados na prestação dos serviços especificados neste instrumento.

5.57. Todos os veículos poderão ser equipados com sistema de rastreamento via telefonia móvel e satélite, que permita sua gestão e controle, por parte da equipe de fiscalização do DSEI, sem ônus para a CONTRATADA.

5.58. O sistema deverá permitir:

5.58.1. Controle e aferição dos trajetos percorridos pelos veículos;

5.58.2. Apresentação de gráficos de velocidade dos percursos;

5.58.3. Localização geográfica dos veículos em tempo real;

5.58.4. Acesso às informações por meio de ambiente web.

5.59. Os dispositivos de rastreamento deverão ser instalados sem alterar as características que garantem a preservação da garantia do fabricante, mantendo-se inacessíveis a pessoal não autorizado. Deverão possuir bateria interna que permita funcionamento por, no mínimo, quatro horas, mesmo com a bateria principal do veículo desligada.

5.60. O sistema de controle de frota deverá ser integrado ao sistema de rastreamento, permitindo a emissão de relatórios diários, individualizados por veículo, contendo no mínimo:

5.60.1. Identificação única do veículo;

5.60.2. Distância total percorrida no dia;

5.60.3. Trajetos realizados apresentados em mapa;

5.60.4. Distâncias parciais por trajeto;

5.60.5. Gráficos de velocidade.

5.61. A CONTRATADA deverá permitir a instalação dos dispositivos que possibilitem à CONTRATANTE visualizar e acompanhar diariamente, em tempo real, todos os veículos, a partir da sede do DSEI.

5.62. A SESAI, por meio dos Distritos, será responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção dos dispositivos de rastreamento/localização.

5.63. Os equipamentos de rastreamento/localização deverão permanecer instalados nos veículos durante toda a vigência dos serviços prestados pela CONTRATADA.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.64. A demanda do órgão tem como base as seguintes características operacionais:

5.65. Deverão ser considerados, nos valores propostos, todos os custos referentes à manutenção, seguro, licenciamento e demais despesas da CONTRATADA.

5.66. Os veículos serão utilizados para o atendimento da atenção básica em saúde nas áreas de abrangência do DSEI /MGES, com transporte de profissionais, pacientes e colaboradores eventuais.

5.67. A gestão do contrato será realizada na sede do Distrito, onde ocorrerão as trocas de veículos, quando necessária sua substituição. Em caso de pane, a substituição deverá ocorrer no local do incidente, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da falha.

5.68. Os veículos deverão ser entregues com seguro total, cobrindo incêndio, colisão, alagamento, furto, roubo e danos contra terceiros.

5.69. A despesa referente à franquia do seguro será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.70. Todos os veículos especificados neste Termo de Referência deverão ser equipados, oportunamente, com sistema de rastreamento via telefonia móvel e/ou satélite.

5.71. A licitante deverá declarar, na Proposta de Preços, que autoriza a instalação de dispositivos de rastreamento compatíveis com a Plataforma de Gestão de Transportes nos veículos empregados na execução dos serviços.

5.72. A instalação dos dispositivos ocorrerá sem ônus para a CONTRATADA, obedecendo às normas dos órgãos de trânsito e sem comprometer as características dos veículos relacionadas à garantia do fabricante.

5.73. A CONTRATADA deverá indicar, expressamente, no mínimo um preposto responsável por fornecer todas as informações indispensáveis à CONTRATANTE, sempre que solicitado.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.74. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MATERIAIS/ACESSÓRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.75. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, acessórios, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.75.1. Bancos com capa de courvin ou material similar, de fácil higienização, visando à conservação e à durabilidade dos assentos;

5.75.2. Piso com revestimento em carpete plástico ou equivalente, que facilite a limpeza e reduza o desgaste da superfície original; e

5.75.3. Tapetes para proteção interna do assoalho, compatíveis com o modelo do veículo, preferencialmente em material lavável e antiderrapante.

5.75.4. Com o objetivo de permitir o acompanhamento das viagens realizadas, os veículos fornecidos deverão dispor de **sistema de telemetria**, que possibilite à Administração monitorar informações como **velocidade, trajetos percorridos, paradas e horários de uso**. Essa funcionalidade visa dar maior controle às atividades desempenhadas

com os veículos locados, permitindo identificar eventuais irregularidades, promover maior segurança nas viagens e, quando necessário, **atribuir responsabilidades por condutas inadequadas ou infrações cometidas** no uso dos veículos.

ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULO NOVO

5.76. Para fins de esclarecimento, consideram-se veículos **novos** aqueles que atendam aos critérios estabelecidos a seguir, de forma a garantir a qualidade e a segurança na prestação dos serviços contratados.

5.76.1. Veículos Novos: Veículos sem uso e/ou aqueles nos quais a quilometragem do hodômetro ainda não atingiu a definida pelo fabricante para a primeira revisão de acordo com o Manual do Veículo.

5.77. A comprovação da realização das revisões deverá ser feita por meio da apresentação do Manual do Veículo com os devidos carimbos em conformidade com a respectiva relação de serviços necessários/executados em função da quilometragem do veículo.

Especificação quanto à tração das pick-ups:

5.78. As pick-ups a serem disponibilizadas deverão possuir tração 4x4 de acionamento tradicional, com base na ativação do eixo dianteiro, assegurando maior robustez e desempenho em estradas de chão, aclives, lama e demais condições adversas encontradas nas comunidades indígenas e locais de difícil acesso. Não serão aceitos modelos cuja tração 4x4 seja baseada em acionamento do eixo traseiro como apoio secundário, por não atenderem às necessidades de utilização intensiva exigida pelo DSEI/MGES.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo a esse Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A unidade/veículo/mês servirá para mensuração dos resultados;

7.4.2. Disponibilização de todos os veículos, objeto do contrato, desde o início da execução; e

7.4.3. Nos termos do item, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP Nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada;

7.4.4. Não produziu os resultados acordados;

7.4.5. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com qualidade mínima exigida;

7.4.6. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade inferior à demanda.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta dias)**.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1% (um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG),

Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, é de R\$ 3.430.817,62 (Três milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257035;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 339033; e

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. Não foram detectadas informações sensíveis que mereçam tratamento especial quanto a sua divulgação e publicidade, em conformidade à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2021

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Não se Aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO ISMAEL VIEIRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 09:53:15.

ALTEMAR RODRIGUES MARQUES

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 11:06:17.

JOEL CELESTINO AMANCIO

Chefe do Setor de Recursos Logísticos



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 10:46:36.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 14:58:54.

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Estudo Técnico Preliminar 42/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25047.000859/2025-70

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade apresentada consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos dos tipos PICK-UP, MINIVAN e PASSEIO, com o objetivo de garantir a logística de transporte do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES). Essa contratação visa assegurar a mobilidade das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), bem como o deslocamento adequado de pacientes indígenas e servidores em atividades vinculadas ao DSEI/MGES. Trata-se de medida indispensável para a execução das ações rotineiras de atenção à saúde indígena, especialmente considerando a dispersão geográfica das comunidades assistidas e as especificidades territoriais que dificultam a assistência contínua sem estrutura de transporte adequada. Os veículos solicitados permitirão deslocamentos regulares para realização de visitas domiciliares, acompanhamento clínico, imunizações, ações de saúde preventiva, e, sobretudo, garantirão o acesso de pacientes indígenas à rede de atenção especializada do SUS, incluindo unidades hospitalares, CASAI's (Casa de Saúde Indígena) e unidades de referência para exames e procedimentos médicos diversos.

2.2. O atendimento dessa necessidade reveste-se de fundamental importância para assegurar o acesso universal e integral à saúde, conforme preconizado pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), que valoriza a diversidade social, cultural, geográfica e política das populações indígenas, garantindo-lhes tratamento equitativo no âmbito do SUS. A locação de veículos representa, nesse contexto, um suporte estrutural indispensável à implementação de políticas públicas de saúde no território de abrangência do DSEI/MGES, possibilitando que os serviços de atenção básica e especializada cheguem efetivamente às comunidades, inclusive nas áreas de difícil acesso. Trata-se, portanto, de ação de natureza estratégica que contribui para redução das desigualdades em saúde e promoção da justiça social. Além disso, a prestação de serviços de saúde indígena depende diretamente da mobilidade técnica e operacional das EMSI, que são responsáveis pelas ações de campo em saúde coletiva, visitas domiciliares, atividades de imunização, pré-natal, saúde mental, vigilância em saúde, entre outras.

2.3. A ausência de contratação dos serviços em questão configura um cenário crítico de risco de descontinuidade das ações de atenção à saúde indígena, especialmente no tocante ao transporte de equipes técnicas e pacientes, comprometendo diretamente o acesso da população indígena aos serviços de saúde. Sem infraestrutura de mobilidade, haverá prejuízo na logística de deslocamento das EMSI, na condução de pacientes para tratamento e acompanhamento médico, na realização de visitas domiciliares e atividades preventivas. Ademais, serão comprometidos os fluxos entre aldeias, unidades básicas de saúde, hospitais e CASAI's, afetando negativamente a coordenação e efetividade da atenção integral. Essa descontinuidade pode representar não apenas agravamento dos quadros clínicos e aumento da morbimortalidade, mas também violação de direitos fundamentais à saúde e à dignidade da pessoa humana, especialmente entre populações historicamente vulneráveis.

2.4. Por outro lado, o atendimento tempestivo desta necessidade trará impactos positivos diretos e imediatos à gestão da saúde indígena, permitindo a manutenção de fluxos operacionais seguros e eficientes, além de garantir o desempenho adequado das EMSI. Entre os principais benefícios destacam-se: a viabilidade de realização de procedimentos básicos em visitas domiciliares, como curativos, aferição de sinais vitais e administração de medicamentos; o deslocamento seguro de pacientes entre aldeias e unidades de saúde; a continuidade das ações de imunização, acompanhamento nutricional, pré-natal e saúde mental; e o transporte de pacientes para atendimentos especializados fora da área indígena. Também será garantido o apoio logístico a servidores e autoridades que atuam em campo, fortalecendo a estrutura institucional do DSEI/MGES. Assim, haverá melhoria nos indicadores de acesso,

resolutividade e satisfação dos usuários indígenas, cumprindo-se os objetivos institucionais do subsistema de atenção à saúde indígena.

2.5. Por fim, destaca-se que é dever do órgão público — no caso, o DSEI/MGES — garantir a oferta contínua, acessível e oportuna de serviços de atenção à saúde indígena, em conformidade com os princípios constitucionais do SUS, especialmente os da universalidade, equidade e integralidade. Trata-se de uma responsabilidade institucional intransferível, que exige planejamento e ação preventiva no enfrentamento dos desafios operacionais em saúde. Assim, a contratação ora justificada é compatível com os valores do interesse público, além de estar em consonância com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade, legalidade e desenvolvimento sustentável, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. O atendimento desta necessidade contribui para a efetividade das políticas públicas de saúde, fortalece a presença do Estado em territórios tradicionalmente vulneráveis e assegura o respeito aos direitos das populações indígenas, razão pela qual se revela técnica, operacional e juridicamente imprescindível.

2.6. Importante destacar que, embora exista atualmente um contrato vigente, a data de vigência de encerramento será em dezembro de 2026, a empresa atualmente contratada manifestou desinteresse em renovar ou prorrogar o instrumento contratual. Essa condição impõe à Administração Pública a necessidade de antecipar a instrução de novo processo licitatório, garantindo tempo hábil para planejamento, análise de mercado, tramitação e conclusão do novo procedimento, com a finalidade de evitar qualquer risco de descontinuidade na prestação dos serviços. Assim, a presente iniciativa se reveste de caráter preventivo e estratégico, assegurando a continuidade dos serviços logísticos de transporte, que são essenciais para o funcionamento das ações de saúde no âmbito do DSEI/MGES. A ausência de planejamento antecipado pode comprometer gravemente a regularidade e a continuidade das atividades assistenciais, expondo a Administração ao risco de interrupção dos serviços essenciais à saúde indígena.

2.7. Durante a análise da substituição do contrato vigente, observou-se a necessidade de ajustes na composição da frota a ser locada, com base na demanda atual. No processo anterior, foram incluídos dois veículos de passeio destinados ao município de Montes Claros/MG. Contudo, após avaliação da utilização efetiva dos veículos, constatou-se que a demanda local pode ser plenamente atendida com apenas um veículo de passeio, o que motivou a exclusão de uma das unidades inicialmente previstas. Em contrapartida, verificou-se a necessidade de inclusão de uma pick-up compacta para atendimento à CASAI localizada em Governador Valadares/MG, uma vez que esta unidade tem enfrentado limitações logísticas que demandam um veículo com maior capacidade de transporte de cargas leves e resistência a trajetos mais exigentes. Assim, ainda que este novo processo tenha como finalidade a substituição do contrato vigente, as alterações realizadas refletem a real necessidade operacional atual, garantindo maior eficiência e economicidade à Administração.

2.8. Segue abaixo, a lista de veículos oficiais, indicando os veículos oficiais pertencentes ao DSEI/MGES, juntamente com a planilha constando o gasto anual com combustível:

PLACA	LOCADORA	USO	GASTO MENSAL COMBUSTÍVEL	GASTO ANUAL COMBUSTÍVEL
TDN-2G50	ITA	PORTARIA / DSEI	R\$ 3.189,01	R\$ 38.268,12
TDN-2G53	ITA	PORTARIA / DSEI	R\$ 3.147,35	R\$ 37.768,35
TDN-6B60	ITA	PORTARIA / DSEI	R\$ 2.989,58	R\$ 35.874,96
TDN-2H20	ITA	PORTARIA / DSEI	R\$ 2.394,16	R\$ 28.729,92
TDN-2H52	ITA	PORTARIA / DSEI	R\$ 2.954,10	R\$ 35.449,20
SYF-1E87	PONTUAL	SANEAMENTO	R\$ 3.361,90	R\$ 40.342,80
TGU-9F54	D&G	SELOG - GV	R\$ 1.756,09	R\$ 21.073,08
TGU-7E81	D&G	CONTROL. SOCIAL - GV	R\$ 2.182,82	R\$ 26.193,84
TEL-3C43	F&8	CASAI - GOV. VAL	R\$ 1.757,09	R\$ 21.085,08
GMF-8603	OFICIAL	VAN. FARM. DSEI/GV	R\$ 2.600,00	R\$ 31.200,00
GMF-7908	OFICIAL	SANEAMENTO	R\$ 1.476,60	R\$ 17.719,20
QXS-5I13	OFICIAL	CASAI - GOV. VAL	R\$ 797,04	R\$ 9.564,48
GMF-7994	OFICIAL	CAMINHÃO	R\$ 5.440,55	R\$ 65.286,60
TCX-7B88	PONTUAL	CASAI - BH	R\$ 3.867,66	R\$ 46.411,92
SYG-6F59	PONTUAL	ADPF - BH	R\$ 3.100,00	R\$ 37.200,00

TEL-3C48	F&8	CASAI - MOC	R\$ 3.729,83	R\$ 44.757,96
RUF-0B05	PONTUAL	CASAI - MOC	R\$ 2.000,00	R\$ 31.200,00
QXS-5I25	OFICIAL	ESCOLA FLORESTA - T.Otoni	R\$ 2.000,00	R\$ 31.200,00

Relação de Veículos Funcionando DSEI/MGES 14/10/2024							
Nº	Placa	Marca modelo	Ano	CRLV	Combustivel	Renavam	Região
1	QXS-5I00	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881629	São João das Missões - Saneamento
2	QXS-5I17	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881670	São João das Missões - Saneamento
3	QXS-5I11	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224804950	São João das Missões
4	QXS-5I20	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881700	São João das Missões
5	QXS-5I07	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881785	São João das Missões
6	QXS-5I04	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881645	São João das Missões
7	PBL-0547	Renault Master	2018/19	2024	Diesel	1159228083	Montes Claros
8	PBY-9649	Renault Master	2018/19	2024	Diesel	1159228075	Aracruz
9	QXS-5H91	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881750	Aracruz Saneamento
10	PBF-9078	MMC/L200	2017/18	2018	Diesel	1143840531	Machacalis
11	QXS-5I22	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881769	Machacalis Saneamento
12	QXS-5H95	L200 Triton Sport GL	2020/20	2023	Diesel	1224799752	Machacalis Saneamento
13	GMF-7103	TROLETE	2011/2012	2024	Gasolina	486736180	Portaria Dsei/B.Sorridente
14	GMF-7106	TROLETE	2011/2012	2024	Gasolina	481290745	Portaria Dsei/B.Sorridente
15	GMF-7104	IVECO/DAILY	2011/2012	2024	Diesel	481289674	Portaria Dsei/ B.Sorridente
16	GMF-7105	IVECO/DAILY	2011/2012	2024	Diesel	481250310	Portaria Dsei/B.Sorridente
17	GMF-7908	MMC/L200	2014/15	2024	Diesel	1033626462	Portaria -Saneamento
18	QXS-5I15	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881688	Portaria -Saneamento
19	GMF-7994	CAMINHÃO	2015/2015	2024	Diesel	1047435273	Portaria Dsei
20	PBL-0546	Renault Master	2018/19	2024	Diesel	1156258348	Portaria DSEI/MGES
21	GMF-8603	Citroen Jumper	2019/20	2024	Diesel	1221264408	Portaria -Farmacia
22	QXS-5I25	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224875467	Polo Teofilo Otoni - 07.06.2023
23	QXS-5I13	L200 Triton Sport GL	2020/20	2024	Diesel	1224881653	CASAI

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/MGES	Joel Celestino Amâncio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

4.1.1. Os veículos locados deverão atender, preferencialmente, aos critérios de eficiência energética, priorizando modelos que possuam selos mais vantajosos de eficiência energética no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), do INMETRO;

4.1.2. Deverá ser dada preferência à contratação de empresas que possuam políticas ambientais formais, especialmente relacionadas ao gerenciamento de frota com foco na redução de emissões de gases de efeito estufa;

Subcontratação

4.2. É permitida a sublocação parcial do objeto, observados os limites e condições abaixo estabelecidos, como medida excepcional destinada a assegurar a continuidade dos serviços de locação de veículos, especialmente em situações supervenientes que possam comprometer a disponibilidade imediata da frota:

4.2.1. Será admitida, em caráter excepcional e com prazo determinado, a subcontratação integral dos veículos, quando comprovada a impossibilidade temporária de disponibilização integral da frota por parte da Contratada;

4.2.1.1. A sublocação integral prevista no item anterior deverá possuir prazo certo e previamente definido, sendo admitida apenas pelo período estritamente necessário à regularização da disponibilidade da frota pela Contratada, vedada sua utilização de forma contínua ou como modelo permanente de execução do objeto;

4.2.1.2. A autorização da subcontratação integral prevista nos itens anteriores ficará condicionada à apresentação, pela Contratada/Fornecedora/concessionária, de documentação comprobatória da indisponibilidade temporária da frota, incluindo, quando aplicável, contratos de aquisição, notas fiscais, pedidos formalizados junto a fornecedores, comprovantes de fabricação ou entrega dos veículos, bem como justificativa detalhada acerca dos motivos que ensejaram o atraso ou impossibilidade temporária de disponibilização dos veículos originalmente previstos, devendo ainda ser informado o prazo estimado para regularização da frota própria, sujeitando-se toda a documentação à análise e aprovação da Administração.

4.2.1.3. Nas hipóteses previstas nos itens 4.2.1. a 4.2.1.2., será admitida, em caráter temporário, a disponibilização de veículos seminovos em substituição provisória aos veículos originalmente previstos, desde que se encontrem em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, devidamente regularizados perante os órgãos competentes, aptos à plena execução dos serviços contratados e em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação de trânsito vigente, cabendo à Administração avaliar e aprovar previamente as condições dos veículos apresentados.

4.2.2. Será admitida, ainda, a sublocação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sem prazo previamente fixado, para atendimento de situações pontuais e imprevisíveis ao longo da execução contratual, tais como indisponibilidade temporária de veículos por motivo de falha mecânica, manutenção corretiva ou sinistros, desde que caracterizada a necessidade de substituição imediata para não comprometer a continuidade do serviço;

4.3. É vedada a sublocação completa ou da parcela principal da obrigação fora das hipóteses expressamente previstas neste instrumento, especialmente quando:

4.3.1. caracterizar a transferência integral e permanente da execução do objeto a terceiros;

4.3.2. evidenciar intermediação indevida, sem participação efetiva da Contratada na execução contratual; e

4.3.3. comprometer a qualidade, padronização ou o controle da prestação dos serviços.

4.4. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.4.1. disponibilização temporária de veículos equivalentes ou superiores, destinados à substituição de unidades indisponíveis;

4.4.2. fornecimento complementar de frota, quando necessário ao atendimento da demanda contratual; e

4.4.3. serviços acessórios vinculados à operação da frota, desde que não constituam a atividade principal do contrato.

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão, coordenação e gestão das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.6. Toda e qualquer subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa do Contratante, a quem caberá avaliar a pertinência da medida, bem como verificar o atendimento, pelo subcontratado, dos requisitos de qualificação técnica e regularidade necessários à execução do objeto.

4.7. Para fins de análise e aprovação, a Contratada deverá apresentar documentação comprobatória da capacidade técnica, regularidade fiscal e demais condições exigidas do subcontratado, a qual será avaliada pela Administração e devidamente juntada aos autos do processo.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como de seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Requisitos Necessários ao Atendimento das Necessidades

4.13. Os serviços de locação a serem prestados serão destinados ao deslocamento:

4.13.1. De servidores e/ou pessoas a serviço do DSEI/MGES que será atendido com a pretensa contratação, bem como de indígenas em tratamento de saúde e seus acompanhantes; e

4.13.2. De materiais e insumos estratégicos de saúde;

4.13.3. De encomendas e pequenas cargas tais como: ferramental, instrumentos de trabalho, equipamentos, insumos e outros materiais essenciais ao cumprimento da missão de assistência básica de saúde.

4.14. Informa-se que os veículos a serem locados serão conduzidos por motoristas terceirizados já contratado, não havendo necessidade de acréscimo no contrato vigente de motoristas. Ressalta-se que o presente processo será para substituição de um contrato de locação de veículos, ainda vigente no DSEI/MGES, mais um motivo para que não seja necessária a contratação de novos motoristas.

4.15. Para bem atender às necessidades das unidades do DSEI/MGES, bem como às comunidades sob sua responsabilidade, será necessária a disponibilização de veículos, conforme definido a seguir e de acordo com as suas respectivas especificações mínimas:

4.15.1. Veículo Novos, TIPO PICK-UP com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total, 4 portas, Cor: Branca; Tipo Tração: Traseira 4x2 e acionamento 4x4 na Dianteira; Pneu: misto 50% chão e 50% asfalto, Cabine: Dupla; Motor: potência mínima de 120 CV; Transmissão: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; Combustível: Diesel; Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; Injeção: Eletrônica; Direção: Hidráulica ou elétrica; Vidros: elétricos; Freios: ABS; Refrigeração: Ar condicionado; Cintos de segurança com 3 pontos; Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; Revestimento de Bancos: Tecido ou couro sintético; Caçamba: Com tranca e/ou chave; Equipada com protetor de caçamba devidamente

homologada pelo INMETRO; capota devidamente homologada pelo INMETRO; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.

4.15.2. Veículos Novos, TIPO PASSEIO, pequeno porte, com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total; Refrigeração: Ar condicionado; Cintos de segurança com 3 pontos; Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; Motor: potência mínima de 70 CV; Combustível: flex (álcool/gasolina); Cor: Branca; Portas: 4 portas; Câmbio: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; Direção: Hidráulica ou elétrica; Vidros: elétricos; Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; Capacidade do porta malas mínima de 285L; Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigidos por lei; Protetor de cárter; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.

4.15.3. Veículos Novos, TIPO MINIVAN com capacidade mínima de 7 lugares (6+1), seguro total, Refrigeração: Ar condicionado; Cinto de segurança com 3 pontos; Rádio AM /FM e/ou entrada auxiliar; Motor: Potência mínima de 100 CV; Combustível: total flex (álcool/gasolina) ou diesel; Cor: branca; Portas: 4 portas; Cambio: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; Direção: hidráulica ou elétrica; Vidros: elétricos; Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigido por Lei; Protetor de cárter; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.

4.15.4. Veículos Novos, TIPO PICK-UP com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total, 4 portas, Cor: Branca; Pneu: misto 50% chão e 50% asfalto, Cabine: Dupla; Motor: potência mínima de 106 CV; Transmissão: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; Combustível: Diesel; Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; Injeção: Eletrônica; Direção: Hidráulica ou elétrica; Vidros: elétricos; Freios: ABS; Refrigeração: Ar condicionado; Cintos de segurança com 3 pontos; Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; Revestimento de Bancos: Tecido ou couro sintético; Caçamba: Com tranca e/ou chave; Equipada com protetor de caçamba devidamente homologada pelo INMETRO; capota devidamente homologada pelo INMETRO; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.

Da Natureza Continuada ou não do Serviço

4.16. Os serviços possuem natureza continuada, em função de sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional.

4.17. O serviço de locação de veículos se mostra adequado para não comprometer a continuidade da atividade-fim do DSEI/MGES, uma vez que a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, em seu art. 15, estabelece:

4.17.1. “Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”

4.18. Os programas de atenção básica da saúde dos povos indígenas no Brasil são de responsabilidade da SESAI e exige atuação permanente do DSEI, logo a interrupção das ações de saúde por indisponibilidade de transporte e equipamentos adequados comprometerá a continuidade da atividade-fim da SESAI, cabe informar que essa opção atualmente se encontra como a mais vantajosa, entende-se assim caracterizada a natureza continuada dos serviços ensejando-se a incidência do inc. I do art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

4.19. O entendimento a respeito da continuidade dos serviços é reforçado pelo fato de que a atuação do DSEI compreende o deslocamento de equipes e o transporte de insumos para a realização de assistência continuada e ininterrupta garantindo a prestação básica à saúde indígena.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar se deu em virtude da necessidade de garantir o suporte às ações de saúde nas áreas de abrangência do DSEI, por meio do transporte de pacientes indígenas e seus acompanhantes para atendimentos médicos (consultas, exames e procedimentos cirúrgicos), bem como do deslocamento de servidores, equipes multidisciplinares, conselheiros indígenas, colaboradores e demais profissionais. Além disso, os veículos servirão para a logística de insumos, medicamentos e demais materiais essenciais às atividades do DSEI, otimizando a gestão operacional e assegurando o uso de veículos apropriados.

5.2. A principal diretriz desta contratação é assegurar à Administração um contrato que ofereça alta confiabilidade e disponibilidade para apoiar as ações e eventos do DSEI, conforme sua estrutura organizacional e os encargos atribuídos pela SESA/MS. Os veículos representam uma ferramenta de apoio fundamental para assegurar a continuidade dos serviços de saúde prestados às comunidades indígenas.

5.3. Com base nessa necessidade, foi avaliado que a melhor estratégia para garantir a continuidade das atividades do DSEI/MGES seria a contratação de serviços de locação de veículos, caracterizando a natureza continuada dos serviços descritos neste estudo.

5.4. A vigência inicial prevista para o contrato é de cinco anos, podendo ser prorrogada nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/21, desde que comprovada sua vantagem e assegurada a qualidade na execução dos serviços. Essa previsão visa oferecer maior segurança jurídica e operacional à contratada, favorecendo a obtenção de melhores condições comerciais.

5.5. Para evitar que empresas sem a devida capacitação técnica, operacional ou financeira comprometam a execução do contrato — como já ocorreu em experiências anteriores — foram definidos requisitos operacionais específicos, acessíveis a fornecedores qualificados e comprometidos com boas práticas de gestão e manutenção de frota.

5.7. Diante da demanda existente no DSEI/MGES, foram consideradas duas possibilidades para o atendimento da necessidade:

5.7.1. Compra de veículos novos por meio de processo licitatório (pregão eletrônico);

5.7.2. Contratação de empresa especializada em locação de veículos.

5.8. Em relação à primeira alternativa, as vantagens observadas foram:

5.8.1. Aquisição de patrimônio para o órgão;

5.8.2. Controle total sobre a manutenção dos veículos.

5.9. Por outro lado, também foram identificadas desvantagens na aquisição direta:

5.9.1. Depreciação dos veículos, com impacto financeiro e contábil;

5.9.2. Crescente demanda por manutenção à medida que a frota é utilizada;

5.9.3. Necessidade de contrato adicional para manutenção;

5.9.4. Despesas com seguros obrigatórios;

5.9.5. Encargos com taxas e tributos diversos.

5.10. Quanto à opção pela locação de veículos, os benefícios identificados foram:

5.10.1. Disponibilidade imediata da frota após assinatura do contrato;

5.10.2. Responsabilidade da contratada pela manutenção preventiva e corretiva;

5.10.3. Substituição imediata de veículos em manutenção;

- 5.10.4. Inclusão de seguros, tributos e encargos no valor mensal contratado, reduzindo os custos administrativos para o órgão.
- 5.11. Entre as possíveis desvantagens da locação, destacam-se:
- 5.11.1. Potencial custo elevado ao longo do tempo;
- 5.11.2. Risco de interrupção do serviço caso a contratada descumpra suas obrigações.
- 5.12. Com base na análise das alternativas e conforme orientação do TCU (Acórdão 120/2018), destaca-se que a decisão sobre o modelo de contratação cabe ao gestor público, dentro do seu juízo de conveniência e oportunidade.
- 5.13. Assim, é legítima a escolha da Administração, desde que devidamente fundamentada.
- 5.14. Considerou-se, ainda, a possibilidade de a locação ter caráter eventual, conforme a demanda da Administração, desde que prevista a franquia e as condições contratuais.
- 5.15. No entanto, diante da demanda contínua de deslocamento das equipes de atenção básica, a locação mensal com quilometragem livre é o modelo mais adequado, visto que abrange custos como manutenção, impostos, seguro e reposição de peças/veículos, excluindo apenas o combustível, que será de responsabilidade da contratante.
- 5.16. Dessa forma, a locação de veículos novos sem motoristas se mostra mais vantajosa que as demais opções.
- 5.17. Foram definidos critérios para caracterização dos veículos:
- 5.17.1. Novos: Sem uso ou dentro da quilometragem da primeira revisão prevista pelo fabricante;
- 5.18. As revisões deverão ser comprovadas por meio do manual do veículo, devidamente carimbado.
- 5.19. Também foram fixadas diretrizes para substituição de veículos, conforme especificado em item próprio.
- 5.20. Diante da análise de mercado e das experiências similares, conclui-se que a melhor alternativa para atender ao DSEI é a contratação de locação de veículos sem motorista, com quilometragem livre, aceitando-se veículos novos.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução proposta para atender à necessidade de garantir a mobilidade operacional e assistencial do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES) consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, contemplando os tipos PICK-UP com tração 4x4, MINIVAN com capacidade mínima para 7 passageiros e veículos de PASSEIO com ar-condicionado.
- 6.2. A contratação visa viabilizar os deslocamentos regulares das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), o transporte de pacientes indígenas e o suporte logístico a servidores e gestores públicos em ações vinculadas à atenção à saúde indígena, especialmente em regiões de difícil acesso e alta dispersão territorial.
- 6.3. Os veículos serão utilizados para:
- 6.3.1. Visitas domiciliares;
- 6.3.2. Atendimento clínico e ações de imunização;
- 6.3.4. Transporte de pacientes para unidades da rede do SUS, como hospitais, CASAI's e centros especializados;
- 6.3.5. Apoio às ações preventivas e de vigilância em saúde;
- 6.3.6. Acompanhamento pré-natal e atividades em saúde mental e nutricional.

- 6.4. A escolha pela locação, em detrimento da aquisição de frota própria, baseia-se em critérios de economicidade, agilidade operacional e gestão eficiente, pois permite que o DSEI/MGES se beneficie de veículos novos, com manutenção inclusa, seguro total e cobertura de assistência técnica, sem os custos de depreciação e infraestrutura própria de frota.
- 6.5. A presente contratação tem caráter estratégico e preventivo, uma vez que o contrato atualmente vigente expirará em dezembro de 2026, e a empresa hoje contratada manifestou formalmente desinteresse em renovar ou prorrogar o instrumento contratual. Tal circunstância exige que a Administração antecipe os procedimentos necessários para garantir a continuidade da prestação dos serviços, evitando riscos de descontinuidade que poderiam comprometer a assistência à saúde indígena.
- 6.6. A solução também contempla critérios de sustentabilidade, alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e ao Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde, como a exigência de veículos com selo de eficiência energética, controle de emissão de poluentes, plano de manutenção ambientalmente responsável e uso preferencial de combustíveis com menor impacto ambiental.
- 6.7. Trata-se de uma solução integrada e estruturante, que articula a mobilidade das equipes de saúde ao acesso da população indígena aos serviços do SUS, contribuindo para a efetivação dos direitos constitucionais à saúde, à equidade e à dignidade da pessoa humana, nos termos da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI).
- 6.8. A contratação está em consonância com os princípios da planejamento, eficiência, economicidade e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, reforçando o compromisso da Administração Pública com a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais de saúde nos territórios indígenas sob responsabilidade do DSEI /MGES.
- 6.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar o número de veículos indicados no item em que tenha sido vencedora.
- 6.10. A execução dos serviços será iniciada logo após a entrega de todos os veículos solicitados, em um prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do contrato.
- 6.11. A estrutura administrativa da contratada contará com, no mínimo, um funcionário, que ficará responsável por atender todas as unidades de abrangência do Distrito, solucionando todo e qualquer problema envolvendo a frota disponibilizada, em especial a manutenção.
- 6.12. Os veículos ficarão disponíveis no período da prestação dos serviços nos locais que serão determinados pela CONTRATANTE, podendo ser recolhidos, sob a responsabilidade da CONTRATADA, para realização de manutenções e/ou outras atividades após prévio agendamento e orientação do fiscal do contrato.
- 6.13. Disponibilizar os veículos no Regime de Franquia livre.
- 6.14. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- 6.15. Os percursos dos veículos serão realizados entre as unidades de abrangência do órgão que atualmente são nos municípios: Governador Valadares/MG, Machacalis/MG, Ladainha/MG, Teófilo Otoni/MG, Araçuaí/MG, Teófilo Otoni /MG - Topázio, Teófilo Otoni/MG, São João das Missões/MG, Montes Claros/MG, Belo Horizonte/MG, Martinho Campos/MG, Caldas/MG, Presidente Olegário/MG, Itapecerica/MG e Carmésia/MG, estes estão cadastrados no Sistema de Informação à Saúde Indígena - SIASI, mas também os municípios que atendemos pelo Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, e que não estão cadastrados no SIASI são eles: Brumadinho /MG, Buritizeiro/MG e Esmeraldas/MG.
- 6.16. Sabido que os veículos podem também, conforme necessidade, transitar em outras localidades pertencentes ao DSEI/MGES que não foram citadas acima. A indicação das cidades é a título de informação para que possíveis interessados tenham conhecimento da área de abrangência do órgão, além destes municípios, outros que vierem a ser incorporados podem ter veículos lotados para atendimento.
- 6.17. Os veículos serão contratados em caráter permanente durante a execução do contrato e destinados ao atendimento exclusivamente das necessidades do DSEI/MGES.

6.18. Será admitida, em caráter excepcional e com prazo determinado, a sublocação integral dos veículos no início da vigência contratual, quando comprovada a impossibilidade temporária de disponibilização integral da frota por parte da Contratada.

6.18.1. Os veículos disponibilizados para a sublocação acima deverá ser de modelo igual ou superior, permitido para este caso em específico a disponibilização de veículos seminovos, para que o órgão não fique sem o objeto até a disponibilização dos veículos definitivos. Contudo, deverá ser comprovada a impossibilidade por meio de documentos por parte da fornecedora/concessionária que justifique o atraso, além de estabelecer prazo máximo para regularização e devida entrega, devendo ser aceito pelo referido Órgão,

6.19. A empresa, no ato da apresentação dos veículos, que ocorrerá em até 90 (noventa) dias da data de assinatura do instrumento contratual, deverá apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos ao Fiscal designado para acompanhar o contrato.

6.20. Os veículos ficarão estacionados, no período de prestação de serviços e ao longo da execução do contrato, na garagem da sede do DSEI ou de suas unidades, sendo os serviços controlados por pessoal designado.

6.21. Incumbirá à CONTRATADA certificar-se da adequação de todos os itens acessórios dos veículos, em especial pneu e estepes, devendo substituí-los sempre que não estiverem totalmente aptos ao uso.

6.22. A Contratada declarará em sua proposta, que permitirá à Contratante a instalação de dispositivos de Rastreamento, conforme disposto no Subitem específico deste Estudo, em todos os veículos colocados à disposição do contrato.

6.23. Os dispositivos que serão oportunamente instalados, estarão em total conformidade com a legislação vigente e não alterarão as características dos veículos, o que permitirá a manutenção das exigências para a garantia de fábrica dos veículos.

6.24. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, exclusivamente, a locação mensal dos veículos; Todas as infrações de trânsito provenientes da utilização dos veículos ficam ao encargo da CONTRATADA, sendo providenciado o devido reembolso pela CONTRATANTE.

6.25. Os serviços deverão ser realizados com veículos novos nos modelos solicitados, conforme a necessidade especificada neste instrumento:

6.25.1. **Veículos Novos:** Veículos sem uso e/ou aqueles nos quais a quilometragem do hodômetro ainda não atingiu a definida pelo fabricante para a primeira revisão de acordo com o Manual do Veículo.

6.26. O combustível para a realização do serviço será fornecido pelo DSEI/MGES atendidos pelos serviços prestados.

6.27. O Setor de Transporte acompanhará os trabalhos realizados pela Contratada e gerenciará o respectivo contrato, através dos fiscais de contratos designados pelo distrito em cada Unidade.

6.28. Os serviços serão executados nas áreas de abrangência do Distrito nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo em vista a necessidade de deslocamentos entres as unidades, no entanto, os veículos, objeto deste estudo, serão lotados nas unidades abaixo relacionadas:

6.29. Os serviços serão executados nas áreas de abrangência do Distrito nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo em vista a necessidade de deslocamentos entres as unidades, no entanto, os veículos, objeto deste estudo, serão lotados nas unidades abaixo relacionadas:

Planilha atual de veículos - Carro de passeio - Minivan - Pick-Up			
Nº	Veículo	Destino / Região	Cidade de lotação
			MACHACALIS/MG LADAINHA/MG,

1	PICK-UP	VALE DO MUCURI E VALE DO JEQUITINHONHA	TEOFILO OTONI/MG, ARAÇUAÍ/MG, TEÓFILO OTONI/MG - TOPÁZIO, TEÓFILO OTONI/MG - ALDEIA ESCOLA FLORESTA
2	PICK-UP	NORTE DE MINAS GERAIS	SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG
3	CARRO DE PASSEIO	NORTE DE MINAS GERAIS	MONTES CLAROS/MG
4	MINIVAN	REGIÕES PRÓXIMAS A BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE/MG
5	PICK-UP	REGIÕES PRÓXIMAS A BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE /MG, MARTINHO CAMPOS/MG, CALDAS/MG, PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, ITAPECERICA/MG, CARMÉSIA/MG

LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS		NOVA PLANILHA PLANEJADA DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS				
	TIPO DE VEÍCULO	QTDE	SETOR DE LOTAÇÃO (SESANI,DIASI, SELOG)	LOCAL/Unidade atendida (POLO BASE/CASAI /SEDE)	MUNICÍPIO	FINALIDADE (EMSI, AGENDAMENTO, EMERGÊNCIA)
		11	DIASI	Polo Base de São João das Missões	São João das Missões - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
		5	DIASI	Polo Base Tipo II de Machacalis	Machacalis - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
		1	DIASI	Polo Base de Araçuaí	Araçuaí - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar

**Distrito Sanitário
Especial Indígena -
Minas Gerais e Espírito
Santo**

**Pick-up
4x4**

1	DIASI	Polo de Base de Ladainha	Ladainha - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	Polo Base Tipo II de Teófilo Otoni	Teófilo Otoni - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	Polo Base de Topázio	Teófilo Otoni - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	Aldeia Escola Floresta	Teófilo Otoni - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	EAI/Belo Horizonte	Belo Horizonte- MG	Equipe multidisciplinar - EMSI (ADPF)
1	DIASI	Polo Base de Carmésia	Carmésia - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	Polo Base de Martinho Campos	Martinho Campos - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	Polo Base de Itapecerica	Itapecerica - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	Polo Base de Caldas	Caldas - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
1	DIASI	Polo Base de Presidente Olegário	Presidente Olegário - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar

	Passeio	1	DIASI	CASAI Montes Claros	Montes Claros- MG	Emergências, Consultas, Exames, Tratamentos e administrativo
	Mini Van	1	DIASI	EAI/EMSI/Belo Horizonte	Belo Horizonte- MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	Pick-up Compacta	1	DIASI	CASAI /Governador Valadares	Governador Valadares - MG	Agendamento, consultas, exames e tratamento, Equipe Multidisciplinar
	Total:	30				

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade de veículos a ser contratada teve como base os contratos vigentes, ajustando às novas necessidades do Órgão:

Planilha atual de veículos - Carro de passeio - Minivan - Pick-Up				
Nº	Veículo	Quantidade	Destino / Região	Cidade de lotação
1	PICK-UP	10	VALE DO MUCURI, VALE DO JEQUITINHONHA E VALE DO RIO DOCE	MACHACALIS/MG LADAINHA/MG, TEOFILO OTONI/MG, ARAQUAÍ/MG, TEÓFILO OTONI/MG - TOPÁZIO, TEÓFILO OTONI/MG - ALDEIA ESCOLA FLORESTA
2	PICK-UP COMPACTA	1	VALE DO MUCURI, VALE DO JEQUITINHONHA E VALE DO RIO DOCE	GOVERNADOR VALADARES/MG
3	PICK-UP	11	NORTE DE MINAS GERAIS	SÃO JOÃO DAS MISSÕES /MG
4	CARRO DE PASSEIO	1	NORTE DE MINAS GERAIS	MONTES CLAROS/MG

5	MINIVAN	1	REGIÕES PRÓXIMAS A BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE/MG
6	PICK-UP	6	REGIÕES PRÓXIMAS A BELO HORIZONTE	BELO HORIZONTE /MG, MARTINHO CAMPOS/MG, CALDAS/MG, PRESIDENTE OLEGÁRIO /MG, ITAPECERICA/MG, CARMÉSIA/MG

7.2. Os veículos serão utilizados para atendimento às comunidades indígenas levando-se em consideração as rotinas de atendimento assistencial por elas prestados, as ações de transporte de equipes de saúde (Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena), a remoção de pacientes indígenas de terras indígenas para centros urbanos, o deslocamento de servidores e de equipes multidisciplinares de saúde, conselheiros indígenas e demais funcionários e colaboradores, o transporte de insumos e medicamentos, cargas diversas e outros materiais correlatas às ações do Distrito, a utilização em atividades de visitas técnicas de acompanhamento e recebimento de obras, acompanhamento e/ou fiscalização e supervisão de contratos firmados pelo DSEI com terceiros.

7.3. Cabe informar que a quantidade estimada foi ajustada de acordo com o Contrato nº 53/2022 feito com a Contratante PONTUAL LOC CAR LTDA, com base no processo 25047.000282/2022-53, seguindo o propósito da substituição do contrato vigente.

7.4. Durante a análise da substituição do contrato vigente, observou-se a necessidade de ajustes na composição da frota a ser locada, com base na demanda atual. No processo anterior, foram incluídos dois veículos de passeio destinados ao município de Montes Claros/MG. Contudo, após avaliação da utilização efetiva dos veículos, constatou-se que a demanda local pode ser plenamente atendida com apenas um veículo de passeio, o que motivou a exclusão de uma das unidades inicialmente previstas. Em contrapartida, verificou-se a necessidade de inclusão de uma pick-up compacta para atendimento à CASAI localizada em Governador Valadares/MG, uma vez que esta unidade tem enfrentado limitações logísticas que demandam um veículo com maior capacidade de transporte de cargas leves e resistência a trajetos mais exigentes. Assim, ainda que este novo processo tenha como finalidade a substituição do contrato vigente, as alterações realizadas refletem a real necessidade operacional atual, garantindo maior eficiência e economicidade à Administração.

7.5. É válido reiterar que os veículos podem também, conforme necessidade, transitar em outras localidades pertencentes ao DSEI/MGES que não foram citadas acima. A indicação das cidades é a título de informação para que possíveis interessados tenham conhecimento da área de abrangência do órgão, além destes municípios, outros que vierem a ser incorporados podem ter veículos lotados para atendimento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.430.817,62

8.1. O Valor Estimado da Contratação Anual é de **R\$ 3.430.817,62 (Três milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos).**

Item	Especificação	Catserv	Unidade de Medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor anual (R\$)

1	<p>- Veículo Novos, TIPO PICK-UP com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total, 4 portas,</p> <p>- Cor: Branca;</p> <p>- Pneu: misto 50% chão e 50% asfalto</p> <p>- Cabine: Dupla</p> <p>- Motor: potência mínima de 106 CV;</p> <p>- Transmissão: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré;</p> <p>- Combustível: Flex;</p> <p>- Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo;</p> <p>- Injeção: Eletrônica;</p> <p>- Direção: Hidráulica ou elétrica;</p> <p>- Vidros: elétricos;</p> <p>- Freios: ABS;</p> <p>- Refrigeração: Ar condicionado;</p> <p>- Cintos de segurança com 3 pontos; Rádio AM /FM e/ou entrada auxiliar;</p> <p>- Revestimento de Bancos: Tecido ou couro sintético;</p> <p>- Caçamba: Com tranca e/ou chave;</p> <p>- Equipada com protetor de caçamba devidamente homologada pelo INMETRO; capota devidamente homologada pelo INMETRO; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.</p>	4014	Unidade	1	R\$ 4.237,3333	R\$ 4.237,33	R\$ 50.848,00
	<p>- Veículo Novos, TIPO PICK-UP com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total, 4 portas,</p> <p>- Cor: Branca;</p> <p>- Tipo de Tração: Traseira 4x2 e acionamento 4x4 na Dianteira ;</p> <p>- Pneu: misto 50% chão e 50% asfalto</p> <p>- Cabine: Dupla</p> <p>- Motor: potência mínima de 120 CV;</p> <p>- Transmissão: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré;</p> <p>- Combustível: Diesel;</p> <p>- Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo;</p>						

2	<p>- Injeção: Eletrônica;</p> <p>- Direção: Hidráulica ou elétrica;</p> <p>- Vidros: elétricos;</p> <p>- Freios: ABS;</p> <p>- Refrigeração: Ar condicionado;</p> <p>- Cintos de segurança com 3 pontos; Rádio AM /FM e/ou entrada auxiliar;</p> <p>- Revestimento de Bancos: Tecido ou couro sintético;</p> <p>- Caçamba: Com tranca e/ou chave;</p> <p>- Equipada com protetor de caçamba devidamente homologada pelo INMETRO; capota devidamente homologada pelo INMETRO; e demais equipamentos/acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.</p>	4014	Unidade	27	R\$ 10.053,7500	R\$ 100.537,50	R\$ 1.206.450,00
3	<p>Veículo Novos, TIPO PASSEIO, pequeno porte, com capacidade mínima de 5 lugares (4+1), seguro total;</p> <p>- Refrigeração: Ar condicionado;</p> <p>- Cintos de segurança com 3 pontos;</p> <p>- Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar;</p> <p>- Motor: potência mínima de 70 CV;</p> <p>- Combustível: flex (álcool/gasolina);</p> <p>- Cor: Branca;</p> <p>- Portas: 4 portas;</p> <p>- Câmbio: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré;</p> <p>- Direção: Hidráulica ou elétrica;</p> <p>- Vidros: elétricos;</p> <p>- Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo;</p> <p>- Capacidade do porta malas mínima de 285L;</p> <p>- Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigidos por lei;</p> <p>- Protetor de cárter; e demais equipamentos /acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.</p>	4014	Unidade	1	R\$ 3.499,0000	R\$ 3.499,00	R\$ 41.988,00
	<p>Veículo Novos, TIPO MINIVAN com capacidade mínima de 7 lugares (6+1), seguro total,</p>						

	- Refrigeração: Ar condicionado; - Cinto de segurança com 3 pontos; - Rádio AM/FM e/ou entrada auxiliar; - Motor: Potência mínima de 100 CV; - Combustível: Total Flex (álcool/gasolina) ou diesel; - Cor: branca;						
4	- Portas: 4 portas; - Câmbio: Manual com no mínimo 6 marchas, sendo 5 a frente e 01 marcha ré; - Direção: hidráulica ou elétrica; - Vidros: elétricos; - Capacidade de autonomia de no mínimo 450km com 01 tanque de abastecimento completo; - Cinto de segurança: em todos os bancos e mais os acessórios de segurança exigido por Lei; - Protetor de cárter; e demais equipamentos /acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN, inclusive Airbag.	4014	Unidade	1	R\$ 6.713,8850	R\$ 6.713,89	R\$ 80.566,62
Valor Total Estimado (VTE)						R\$ 285.901,47	R\$ 3.430.817,62

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No presente caso, considerando a natureza do objeto sendo locação de veículos para atendimento das demandas operacionais do DSEI/MGES em diversas localidades, incluindo municípios e aldeias indígenas, verificou-se que a adoção de parcelamento por agrupamento regional poderia impor limitações à flexibilidade operacional necessária à execução dos serviços.

9.2. Isso porque as demandas de transporte apresentam caráter dinâmico e variável, exigindo, com frequência, o remanejamento de veículos entre diferentes localidades, inclusive não previamente delimitadas na fase de planejamento, de modo a atender situações emergenciais, deslocamentos de equipes de saúde e necessidades supervenientes.

9.3. Nesse contexto, a vinculação de veículos a grupos regionais específicos poderia restringir sua utilização, dificultando o atendimento ágil e eficiente das demandas, além de potencialmente ocasionar ociosidade em determinadas regiões e insuficiência em outras.

9.4. Diante disso, optou-se pela realização da licitação por itens, definidos de acordo com o tipo de veículo, permitindo maior flexibilidade na gestão da frota e possibilitando à Administração alocar os veículos conforme a necessidade concreta, independentemente de vinculação prévia a determinada localidade.

9.5. A modelagem por itens também favorece a ampliação da competitividade, ao permitir a participação de empresas que atuam com tipos específicos de veículos, sem a exigência de atendimento simultâneo a múltiplas regiões geográficas, o que poderia restringir o universo de licitantes.

9.6. Ademais, tal abordagem contribui para a economicidade da contratação, na medida em que possibilita maior concorrência por item, com tendência à obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, sem prejuízo da eficiência na execução contratual.

9.7. Sob o aspecto da gestão e fiscalização contratual, a divisão por tipo de veículo simplifica o acompanhamento da execução, permitindo controle mais objetivo sobre a disponibilização, substituição e manutenção da frota, independentemente da localidade de uso.

9.8. Dessa forma, a solução adotada foi pelo não parcelamento da solução, pois a licitação por itens se mostrou a mais adequada às características da contratação, assegurando maior flexibilidade operacional, eficiência na alocação dos recursos, continuidade dos serviços e observância dos princípios da economicidade, competitividade e interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Essa contratação está correlata à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de condução de veículos (motorista).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A demanda está atualmente incluída no Planejamento de Contratações Anual (PCA) de 2026 por meio do Contrato nº 53/2022, oriundo do Processo nº 25047.000282/2022-53. Todavia, considerando a necessidade de substituição do referido contrato, está sendo conduzido o presente processo de contratação, com vistas à continuidade da prestação dos serviços de forma regular e adequada às necessidades da Administração.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de locação de veículos dos tipos PICK-UP, MINIVAN e PASSEIO possibilitará a manutenção da logística operacional do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI /MGES), assegurando mobilidade adequada às Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), bem como o transporte contínuo de pacientes indígenas e de servidores em ações institucionais.

12.2. Dentre os principais benefícios a serem alcançados, destacam-se:

12.2.1. Garantia da continuidade dos serviços de atenção à saúde indígena, evitando interrupções que comprometam o acesso às ações clínicas, preventivas e especializadas;

12.2.2. Redução de riscos operacionais e de morbidade, por meio do transporte seguro e ágil de pacientes, inclusive em situações emergenciais;

12.2.3. Apoio à resolutividade das EMSI, que dependem da mobilidade territorial para executar suas funções em campo, como imunização, visitas domiciliares, vigilância em saúde, saúde mental, pré-natal, entre outras;

12.2.4. Integração efetiva das comunidades indígenas à rede do SUS, com deslocamento assistido para hospitais, CASAI's e centros especializados;

12.2.5. Aprimoramento da gestão institucional do DSEI/MGES, com previsibilidade e confiabilidade na logística de transporte;

12.2.6. Fortalecimento da presença do Estado em áreas de difícil acesso, promovendo a justiça social, a equidade e o atendimento humanizado à população indígena;

12.2.7. Contribuição para metas de desenvolvimento sustentável, ao exigir práticas ambientais responsáveis no serviço contratado (como uso de veículos com maior eficiência energética e controle de emissões).

12.3. A presente contratação também assegura um cenário de transição planejada e segura, diante da iminente finalização do contrato vigente em dezembro de 2026. Considerando a manifestação formal de desinteresse da atual

contratada na renovação, a iniciativa de antecipar o novo processo licitatório é estratégica e visa evitar riscos de descontinuidade, assegurando tempo hábil para planejamento, tramitação e execução contratual dentro dos princípios da eficiência e da economicidade.

12.4. Em suma, a contratação permitirá a continuidade de um serviço essencial para a execução das políticas públicas de saúde indígena, promovendo impactos positivos diretos na qualidade de vida das populações atendidas e na capacidade de resposta do Estado em territórios tradicionalmente vulneráveis.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O DSEI estará apto a receber os serviços e realizará os devidos planejamentos para o melhor aproveitamento do contrato dentro dos objetivos esperados na contratação, considerando a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

13.2. O Mapa de Riscos, os riscos de planejamento e contratação estão descritos em anexos específicos juntados ao processo. Visando dar início à prestação dos serviços poderá ser realizada uma reunião inicial com todos os profissionais contratados para que sejam reforçadas as obrigações e responsabilidades, registrando todo o teor da pauta na ata que deverá ser assinada por todos os presentes. Tal medida visa registrar a ciência daqueles profissionais a respeito de todas os aspectos inerentes às suas funções no decorrer da execução contratual.

13.3. Após a reunião e em até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá entregar a relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, CNH, RG, CPF e documento que comprove a qualificação mínima ou a qualificação técnico-profissional exigida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços de locação de veículos, por envolver o uso contínuo de meios de transporte automotivo, apresenta potenciais impactos ambientais, especialmente relacionados à emissão de gases de efeito estufa (GEE), ao consumo de combustíveis fósseis, à geração de resíduos automotivos (óleos, pneus, baterias) e à poluição sonora nas áreas de atuação.

14.2. No entanto, o modelo de contratação adotado e os requisitos estabelecidos neste ETP incluem critérios de sustentabilidade ambiental, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos dessa atividade. Entre as medidas mitigadoras previstas, destacam-se:

14.2.1. A exigência de veículos com selo de eficiência energética "A" do INMETRO, priorizando modelos mais econômicos e com menor impacto ambiental;

14.2.2. A observância das normas do PROCONVE, especialmente no que se refere aos limites de emissões veiculares;

14.2.3. A obrigatoriedade de que a contratada realize a manutenção preventiva e descarte ambientalmente correto de resíduos automotivos, como óleos, pneus e filtros;

14.2.4. A inclusão de cláusula contratual que estimule o uso de combustíveis alternativos ou com menor emissão de carbono, sempre que viável;

14.2.5. A exigência de controle e rastreamento da frota por sistema eletrônico, contribuindo para o uso racional dos veículos e a redução de deslocamentos desnecessários.

14.3. Considerando a relevância dos serviços prestados à saúde indígena e os benefícios sociais da contratação, os impactos ambientais identificados são controláveis e passíveis de compensação por meio da adoção dessas boas práticas.

14.4. Além disso, a contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) e com os princípios da Administração Pública Sustentável, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e reforçado pelo Decreto nº 10.936/2022.

14.5. Dessa forma, a contratação em tela representa uma solução tecnicamente adequada, socialmente justa e ambientalmente responsável, com riscos ambientais gerenciáveis e integrados ao planejamento estratégico institucional do DSEI/MGES.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Este Estudo evidenciou que a contratação de serviços de locação de veículos para o Distrito mostra-se técnica e economicamente viável, corroborando a indispensabilidade da realização de um novo certame licitatório.

Diante do exposto, declara-se viável a contratação dos serviços pretendidos, em virtude da necessidade de solução de transporte para atendimento ao DSEI, com o propósito de prestar assistência às ações de saúde indígena.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO ISMAEL VIEIRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 11:40:37.

ALTEMAR RODRIGUES MARQUES

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 17:09:07.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 11:31:29.

Apêndice II
MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]
[Nome da sua Empresa]

Apêndice III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS S/ MÃO DE OBRA

Nome da sua Empresa

Endereço da sua Empresa c/ CEP

Telefone da sua Empresa

E-mail da sua Empresa

CNPJ da sua Empresa

À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrição do Item 1]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
2	[Descrição do Item 2]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
3	[Descrição do Item 3]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
...
Subtotal Itens					[Subtotal Itens]
4	Frete/Transporte	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
5	Seguro	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
6	Taxas/Impostos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
7	Outros Custos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
Subtotal Custos Adicionais					[Subtotal Custos Adicionais]
Total Geral					[Total Geral]

Observações:

- **Descrição do Item:** Detalhe aqui cada item que compõe a aquisição ou serviço.
- **Quantidade:** Indique a quantidade de cada item.
- **Unidade de Medida:** Especifique a unidade de medida de cada item (ex: unidade, metro, litro, etc.).
- **Valor Unitário (R\$):** Insira o valor unitário de cada item em reais.
- **Valor Total (R\$):** Este campo é calculado automaticamente multiplicando a quantidade pelo valor unitário.

Resumo dos Custos:

- **Subtotal Itens:** R\$ [Subtotal Itens]
- **Subtotal Custos Adicionais:** R\$ [Subtotal Custos Adicionais]
- **Total Geral:** R\$ [Total Geral]

Condições de Pagamento:

- [Detalhe aqui as condições de pagamento, como forma de parcelamento, datas de vencimento, etc.]

Esta planilha contempla todos os custos relacionados à aquisição de itens ou serviços, incluindo custos adicionais como frete, seguro, taxas e outros. Atenciosamente,

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]

Apêndice V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º __/20__**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

Apêndice VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Eu, _____, servidor(a) público(a), lotado(a) na _____, inscrito(a) no SIAPE nº. _____, declaro, para os devidos fins, que recebi o licitante _____ para a vistoria no local de prestação de serviço, conforme estabelecido no **Edital de Licitação nº. _____**, datado de _____.

Durante a vistoria, acompanhei o licitante e atestei a realização da mesma, verificando que o licitante teve acesso a todas as áreas relevantes para a execução dos serviços descritos no edital.

_____, __, 20__

[Assinatura do Servidor Responsável]
[Nome Completo do Servidor]
[Cargo ou Função do Servidor]
[Órgão ou Setor]

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]

MS - SESAI

**GOVERNO FEDERAL
PODER EXECUTIVO**

USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO

ANEXO - VIII

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Edital e de seus demais anexos.

2. DOS INDICADORES E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1 Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de 8 (oito) indicadores conforme tabela abaixo.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados na tabela.

2.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços prestados.

2.4. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	MECANISMO DE CÁLCULO	PESO
I - Disponibilidade da Frota	Disponibiliza os veículos conforme quantitativo, prazos e especificações previstas em contrato.	Cálculo proporcional aos veículos disponibilizados	20
II - Substituição de Veículos	Efetua a substituição de veículos avariados, em manutenção ou indisponíveis, e quilometragem ou tempo de uso, dentro do prazo contratual estabelecido.	Regra de Atraso na Substituição: A não disponibilização de veículo substituto, após o esgotamento do prazo contratual concedido à contratada, redução de 1 ponto por dia de atraso, computada de forma individual para cada veículo indisponível.	25
III - Manutenção Preventiva e Corretiva	Realiza manutenções preventivas e corretivas dentro dos prazos estabelecidos pela fabricante, garantindo a continuidade do serviço.	Cálculo proporcional aos veículos disponibilizados	10
IV - Atendimento e Cumprimento das Solicitações	Atender e Cumprir as solicitações do contratante dentro dos	Sem registro = 10 1 registros = 8 2 registros = 6	10

	prazos acordados.	3 registros = 4 4 registros = 2 5 ou mais = 0	
V - Cumprimento do Contrato	Cumpre integralmente as cláusulas contratuais, prazos, valores e condições estabelecidas.	Sem registro = 5 1 a 3 registros = 4 4 a 7 registros = 3 8 a 10 registros = 2 Acima 10 registros = 0	5
VI - Documentação dos Veículos	Mantém a documentação regularizada (licenciamento, seguro, impostos e demais exigências legais).	Cálculo proporcional aos documentos dos veículos.	10
VII - Controle e Especificações do Veículos	Veículos conforme as especificações do contrato.	Cálculo proporcional aos veículos disponibilizados	10
VIII - Multas e infrações	Enviar as notificações de infrações em tempo hábil para identificação do condutor.	Sem registro = 10 1 registros = 8 2 registros = 6 3 registros = 4 4 registros = 2 5 ou mais = 0	10
PESO TOTAL			100

3. FAIXA DE AJUSTES DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme método apresentado na tabela acima.

3.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço =	Pontos “indicador I” + Pontos “indicador II” + Pontos “indicador III” + Pontos “indicador IV” + Pontos “indicador V” + Pontos “indicador VI” + Pontos “indicador VII” + Pontos “indicador VIII”
---------------------------------	---

3.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentada abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de ajuste de nível de serviço
De 95 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 94 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93 + avaliar necessidade de notificação

De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90 + avaliar a necessidade de notificação
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + avaliar a necessidade de aplicação de multa contratual

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Contrato 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	ALTEMAR RODRIGUES MARQUES	15/05/2026 08:18 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25047.000859/2025-70

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 25047.000859/2025-70)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União, por intermédio do(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo, com sede no(a) Av. Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Governador Valadares/MG, CEP: 35030-070, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0049-20, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado (a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, por meio de Contratação Direta decorrente do(a) Pregão Eletrônico fracassado nº 90148/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos tipo Passeio, Minivan, Pick-up e Pick-up compacta, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.2. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. As regras acima e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: ; 257035

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 339033;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Governador Valadares/MG, Seção Judiciária de Governador Valadares /MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 08:18:18.